



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.001262/14
Senha: 2E3A216

AL-P-(SGM) Nº 097

Teresina (PI), 17 de fevereiro de 2014

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria do Deputado **Flávio Nogueira Júnior** que:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização gratuita do teste do reflexo vermelho - teste do olhinho - em crianças recém-nascidas no Estado do Piauí.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
WILSON NUNES MARTINS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 36 DE DE DE 2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização gratuita do teste do reflexo vermelho – teste do olhinho – em crianças recém-nascidas no Estado do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Estado obrigado a disponibilizar gratuitamente exame oftalmológico para diagnóstico de patologias oculares congênitas através da técnica conhecida como Reflexo Vermelho - teste do olhinho - nas crianças recém-nascidas em maternidades e serviços hospitalares da Rede Pública Estadual de Saúde.

Parágrafo único. O teste será realizado pelo estabelecimento onde for realizado o parto, juntamente com os demais exames de rotina, e antes de concedida alta médica para liberação do recém nascido.

Art. 2º O Estado, através de políticas públicas:

I - incentivará os municípios a identificar hospitais e clínicas com vistas a disponibilizar gratuitamente o exame de que trata esta Lei;

II - orientará o município a respeito das técnicas ideais para aplicação do exame de que trata esta Lei, de acordo com as orientações médicas e profissionais pertinentes;

III - criará meios para a correta aplicação do exame de que trata esta Lei, inclusive mediante o equipamento dos hospitais e clínicas para sua realização;

IV - qualificará os profissionais que realizarão o exame de que trata esta Lei e fará planejamento para que sua realização seja ampla e eficiente.

Art. 3º Cabe ao Estado implantar meios e técnicas que possibilitem aos municípios viabilizar a aplicação do exame de que trata esta Lei, como forma de prevenção de doenças.

Art. 4º Cabe ao Estado, através de parceria entre a Secretaria de Estado de Saúde e o município, criar as condições para realização dos exames de que trata esta Lei, bem como disponibilizar recursos com vistas à aplicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 18 de dezembro de 2013.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**

Presidente

Dep. **FÁBIO NOVO**

1º Secretário

Dep. **HÉLIO ISAÍAS**

2º Secretário

